



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER

Ana Paula Salomão de Souza Falcão

A PRECARIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Brasília – DF

2018

Ana Paula Salomão de Souza Falcão

A PRECARIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Camila Potyara Pereira

Brasília – DF

2018

Ana Paula Salomão de Souza Falcão

A PRECARIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a.Dra. CAMILA POTYARA PEREIRA

Orientadora

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB)

Prof.^a. Me. LEONARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA ORTEGAL

(Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – SER/IH/UnB)

Psicólogo Tiago Rizzotto dos Santos

(Membro Externo)

(Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal.)

Brasília – DF, 12 de Janeiro de 2018.

Dedico este trabalho aos meus amigos de curso e também à minha família. Dedico também a minha orientadora Camila Potyara que tanto me ajudou para a realização deste.

AGRADECIMENTOS

É com entusiasmo que inicio meus agradecimentos, momento este, que poderei dedicar a todos aqueles presentes durante esta caminhada, que não se começa ao entrar na Universidade de Brasília, e sim antes.

Agradeço a Deus, por ter me abençoado e me dado a força para que eu continuasse nessa jornada que muitas das vezes não foi fácil.

A minha mãe **Iolanda Maria de Souza** e meus padrinhos **Cândida Maria Miranda Lamy e Antônio Candido Ferreira Lamy** por terem me ensinado a ser uma pessoa melhor, que sempre soube respeitar o próximo, a lutar por todos os meus sonhos. Agradeço pelo carinho, educação, assim como pela atenção

Agradeço à minha família que, ficaram na torcida, para que tudo ocorresse bem, e que também souberam me escutar nos momentos de aflições que passei durante o percurso de graduação.

Quero agradecer minhas amigas de faculdade, presentes que levarei para o resto da vida, **Amanda Romualdo e Érika Cardoso**. Todas estiveram comigo do início e agora está chegando ao fim de mais um ciclo. Nós tivemos momentos de muitas risadas, de aflições antes de provas, e até alguns de desespero, onde cada uma fazia o possível para ajudar a outra.

Meus agradecimentos, também, aos meus amigos que estão presentes desde a infância **Mariana Braga, Fabiana Porto, Gabrielle Baroni e Emi Jéssica**. Obrigada por me ajudarem nas conversas, nas saídas, nas histórias... Vocês são especiais, assim como todos os momentos que coleciono ao lado de vocês.

Ainda, quero agradecer os professores que tive, por dedicarem seu tempo, suas sabedorias e por terem me proporcionado a chance de ter uma formação que me fizesse ter orgulho. Destaco aqui minha orientadora **Camila Potyara**, ela que escutou minhas angústias e me deu conselhos que vão além da faculdade. Obrigada Professora!

Obrigada a todos aqueles que mesmo não mencionados, me permitiram algum aprendizado. Por fim, agradeço a todos que são presentes em minha vida, obrigada por acreditarem em mim.

Muito Obrigada.

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo analisar a precariedade do sistema prisional brasileiro, para isso foi realizada uma pesquisa bibliográfica com intuito de compreender o contexto histórico do sistema prisional brasileiro, suas crises e dificuldade. A precarização do sistema penitenciário brasileiro é um tema importante e relevante, e está sempre presente na mídia. Essa precariedade é considerada um grande transtorno para toda sociedade, quando o foco é superlotação. Para atender ao objetivo da pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, a pesquisa foi realizada tendo como suporte teórico o método dialético marxista, visto que a história e a dinâmica da sociedade mantêm uma relação. O método de pesquisa proporciona um conhecimento teórico para assim alcançar a essência do objeto, ou seja, será pesquisada a estrutura e a dinâmica do sistema penitenciário. Foi possível identificar as diversas crises enfrentadas pelo sistema penitenciário, como a superlotação; assim como a ineficácia da ressocialização no Brasil, quando comparada com outros países.

Palavras-chave: Sistema Prisional; Ressocialização; Penitenciárias; Precarização.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Países com a maior população carcerária	37
TABELA 2: Distribuição da população raça e cor, por unidade da Federação	38
TABELA 3: Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	10
CAPÍTULO I. VIOLÊNCIA, CRIME E POBREZA: UM OLHAR CRÍTICO	17
1.1 A Polícia e a Perseguição Contra a População Negra	22
CAPÍTULO 2. CONTEXTO HISTÓRICO DO SISTEMA PRISIONAL	25
2.1 Contexto Histórico do Sistema Prisional no Brasil	27
2.2 Precarização do Sistema Prisional Brasileiro.....	30
2.3 Rebeliões e Massacres	33
CAPÍTULO 3. RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL	37
3.1 A Ressocialização no Brasil, Noruega e França	39
3.2 Alternativas para o Sistema Prisional.....	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Para compreender o sistema penitenciário brasileiro e sua situação caótica, é importante analisar o contexto histórico da criminalidade, violência, pobreza e desigualdade que se passa no país. Para isso, é imperioso fazer uma breve retrospectiva da história do sistema penitenciário, para, em seguida, tratar da história do sistema prisional brasileiro, e assim entender melhor sua precariedade.

Mediante as leituras de textos especializados na temática, pode-se afirmar que já existiam descrições de prisões na Bíblia: os crimes mais comuns nessa época eram desobediência, desrespeito contra os faraós e reis; e o endividamento. Há relatos que em 1700 a. C. surgiram os primeiros cativeiros com finalidade de reclusão de escravos. Não usavam cadeias ou presídios, e sim torres, masmorras e locais abandonados.

A finalidade do encarceramento era de aniquilamento de conflitos, ameaças e punição. Durante a Idade Média, a situação do sistema penitenciário permaneceu cruel. Neste período os castelos, conventos e mosteiros passaram a ser usados como prisões e os presos cumpriam pena privativa de liberdade.

No Brasil, a história do sistema penitenciário, baseia-se na desigualdade social. As prisões surgiram no século XIX com oficinas de trabalho, celas individuais e tem até hoje uma arquitetura prisional única. O Código Penal de 1890 proporcionou o estabelecimento de modalidades novas de prisão, limitando penas restritivas de liberdade individual, e acabando com penas coletivas e perpétuas. O sistema prisional no Brasil, têm uma perspectiva, ao menos em teoria, de ressocialização dos presidiários. A LEP 188.4, Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Desde 1990, o número de detentos cresceu 575,2% no Brasil, possuía a quarta população carcerária do mundo. Em 2015, o Brasil ultrapassou a Rússia e agora tem terceira maior população carcerária, segundo dados que foram divulgados pelo Ministério da Justiça. Atualmente encontramos um cenário caótico no sistema penitenciário brasileiro: os presídios são locais de tortura

(física e psicológica), violência, superlotação e todas as demais formas de violação de direitos humanos segundo o site da Globo, G1.

A falta de manutenção e investimentos das penitenciárias acaba transformando-as em depósitos de condenados, funcionando sempre à base de superlotação. Em verdade, os presídios não passam de um grande amontoamento de pessoas que vivem em condições desumanas, expostos a todo tipo de enfermidade e que são tratados como animais. Esta realidade estimula as fugas, rebeliões e massacres, que costumam partir da demanda por melhores condições prisionais.

Os presos também precisam de segurança, essa população é invisível e indesejável perante a sociedade. Analisando a Constituição Federal de 1988, não se encontra nenhum capítulo específico referente ao sistema penitenciário. Anterior a Constituição Federal de 1988, encontra-se a LEP que aborda vários aspectos de direitos dos presos, é uma lei federal. A ONU possui regras mínimas para o tratamento de prisioneiros. Por meio da Resolução 1984/47, o Conselho Econômico e Social aprovou treze procedimentos para a aplicação efetiva das Regras Mínimas. Convém reproduzir parte das observações preliminares editadas então:

1. O objetivo das presentes regras não é descrever detalhadamente um sistema penitenciário modelo, mas apenas estabelecer – inspirando-se em conceitos geralmente admitidos em nossos tempos e nos elementos essenciais dos sistemas contemporâneos mais adequados – os princípios e as regras de uma boa organização penitenciária e da prática relativa ao tratamento de prisioneiros.
2. As regras que se seguem deverão ser aplicadas imparcialmente. Não haverá discriminação alguma baseada em raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou em qualquer outra situação.
3. Ao contrário, é necessário respeitar as crenças religiosas e os preceitos morais do grupo a que pertença o preso.

O Estado brasileiro é relativamente responsável pelo aumento da criminalidade, pois uma das principais causas para que o indivíduo entre no crime, é a total ausência de proteção social, ou seja, a negação de seus direitos mais básicos, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho formal e às

legislações trabalhistas, entre outros. Para alguns, a única alternativa vislumbrada é ação não legal, que proporciona recursos financeiros e sobrevivência. No entanto, nem todos os presidiários foram condenados por crimes cometidos por eles.

No Brasil, um grande quantitativo de presos ainda não passou por nenhum julgamento e está preso sem provas, estima-se de 40% a 60% dos presos segundo o Ministério da Justiça. Além disso, em sociedades extremamente racistas, como a brasileira, negros são encarcerados rotineiramente apenas por serem negros. Essa arbitrariedade no encarceramento gera, também, a superlotação.

O Brasil não é um país pobre. O problema é que os recursos são mal alocados e desviados, o que coloca a população carcerária em última destinação de investimentos. Sem a preocupação governamental com este setor e o financiamento adequado, o sistema penitenciário fica caótico, como foi mencionado anteriormente. Diante da superlotação, o Brasil está abrindo novos presídios, e coincidentemente ou não, escolas estão sendo fechadas segundo o site da Globo, G1. - Essas medidas denotam o paradigma que rege a política de segurança pública brasileira e já denunciam um futuro sombrio: crises no sistema penitenciário mais severo e maior desigualdade social, para o aumento da criminalidade.

Em suma, a realidade do sistema prisional brasileiro é cruel: existe uma mesclagem de condições desumanas nas quais os detentos são torturados física e psicologicamente, estando sujeitos a vários tipos de enfermidade, violência e maus-tratos, o que caracteriza grave violação dos direitos humanos. Há punição, humilhação, extorsão, controle dos presídios por facções criminosas, torturas e péssimas instalações físicas e de alimentação, segundo o texto A Evolução Histórica do Sistema Prisional e a Penitenciária do Estado de São Paulo, Engbruch; Werner e Santis; Bruno Moraes di. E, apesar dos detentos terem cometido crimes e delitos, têm direito à vida digna, ao trabalho, à educação, à segurança alimentar, à justiça.

Pela falta de investimentos públicos nas penitenciárias, tem-se a superlotação, o que transforma essas instituições em grandes depósitos de condenados. Os presos amontoam-se em celas e são expostos a condições

precárias de sobrevivência. Essa realidade contribui para o afloramento de rebeliões que, por consequência, resultam em massacres e fugas.

Após esta problematização, o **objeto desta pesquisa é** a precarização do sistema penitenciário brasileiro no contexto capitalista de desigualdade social e extrema pobreza.

Justificativa

O universo do Sistema Penitenciário sempre fascinou a presente pesquisadora. Seja por meio de filmes, séries ou leituras, de alguma forma, sempre foi um tema de grande interesse pessoal.

Ao ingressar no curso de Serviço Social, foi possível perceber que não há debates aprofundados em sala de aula sobre o campo sócio jurídico, sobre as políticas de segurança pública e sobre o sistema penitenciário. Além disso, não há disciplinas específicas que versem sobre esses temas. Assim, a delimitação do tema e a escolha de um estudo sobre o sistema penitenciário implementado no Brasil, com todas as suas limitações e precariedades, nasceu da vontade de contribuir para a disseminação deste tema no curso de Serviço Social da UnB.

Quando o tema foi escolhido, ele foi pesquisado cuidadosamente, por meio de coleta de bibliografias. Durante esta pesquisa inicial inquietações acentuaram-se e percebi que há um grande caos no sistema penitenciário brasileiro. A visão pública sobre o sistema prisional é de senso comum e bastante influenciada pela mídia.

Um dos episódios recentes e que estimularam a pesquisa nesta temática foi a rebelião no presídio de Manaus, em 2017, que resultou na morte extremamente violenta de 56 pessoas. A visão parcial e as análises preconceituosas a respeito dos presos gerou notícias preconceituosas propagadas por toda a mídia nacional. A máxima "bandido bom é bandido morto" e a veia vingativa do senso comum (que defende o castigo e a punição para além da "mera" privação da liberdade) respaldam o abandono estatal dos presidiários, as péssimas condições de (sobre)vida e os massacres. A sociedade, no geral, tem um enorme preconceito com essas pessoas.

Assim, considera-se necessário refletir sobre a realidade carcerária para além das opiniões do senso comum, para que não as injustiças com os detentos sejam, ao menos, minimizadas.

Com esse estudo, que tentou tratar do tema de forma crítica, espera-se contribuir para futuras pesquisas mais aprofundadas sobre o sistema penitenciário no Brasil.

Objetivos

Objetivo Geral:

O presente trabalho tem como objetivo geral refletir sobre a precarização do sistema penitenciário brasileiro, ressaltando o papel do Estado nesta problemática e compreender o contexto histórico da criminalidade; violência; pobreza e desigualdade.

Objetivos Específicos:

- Denunciar a precarização do sistema penitenciário brasileiro;
- Descrever a história do sistema penitenciário brasileiro;
- Compreender o contexto histórico da criminalidade, violência, pobreza e desigualdade.

Questões de Partida

- Porque que estão sendo fechadas escolas e inaugurados presídios no Brasil, enquanto, em outros países, como a Noruega e a Suécia, por exemplo, os presídios estão sendo inativados?
- Porque o governo brasileiro afirma ter políticas públicas tão eficazes, sendo que o sistema penitenciário continua precarizado?
- Quais as principais diferenças entre os sistemas penitenciários de outros países e do Brasil que os colocam em polos tão distintos: sendo que em outros países as políticas públicas são efetivas, o segundo, um dos mais precários e inefetivos?

Hipótese de trabalho

Os órgãos que executam as políticas públicas voltadas para a população carcerária do Brasil, não tem uma articulação eficaz, o que prejudica a ressocialização dos detentos fazendo que não alcance resultados positivos. Além disso, a extrema desigualdade social e a pobreza no País, contribuem para o crime. O sistema prisional brasileiro, da forma como está implementado, não tem sido capaz de auxiliar na solução do problema da violência urbana no País. Ao contrário: ao desumanizar os detentos, contribuiu para a escalada de violência e crime em território nacional.

Metodologia

A presente pesquisa foi realizada tendo como suporte teórico o método dialético marxista, visto que a história e a dinâmica da sociedade mantém uma relação. Nesse caso, a realidade da população carcerária e os tipos de políticas públicas voltadas para essa população, não são encarados como fenômenos naturais, mas construídos historicamente, influenciados pela dinâmica da sociedade. E por meio do método dialético foi possível reconhecer os principais problemas do sistema penitenciário brasileiro, compreendidos por meio de um retorno à história, tão caro à Marx e Engels.

Mas a nossa [de Marx e de Engels) concepção da história é, sobretudo, um guia para o estudo [...] É necessário voltar a estudar toda a história, devem examinar-se em todos os detalhes as condições de existência das diversas formações sociais antes de procurar deduzir delas as ideias políticas, jurídicas, estéticas, filosóficas, religiosas etc. que lhes correspondem. (MARX; ENGELS2010, p. 107

Esse método foi usado para analisar a historicidade e os determinantes dos processos históricos e entender os fatos inseridos nessa história, analisar os fenômenos de cada sociedade, sua estrutura e dinâmica, para assim poder entender melhor a evolução do sistema penitenciário brasileiro.

A teoria marxista está comprometida com um projeto de transformação da realidade social, visando uma ideia global sobre o fato e sua totalidade, estando

ela pautada em três aspectos principais: o materialismo dialético, o materialismo histórico e a economia política (TRIVIÑOS, 1992).

O método de pesquisa proporciona um conhecimento teórico para assim alcançar a essência do objeto. Ou seja, será pesquisada a estrutura e a dinâmica do sistema penitenciário, como relatado anteriormente, por meio dos procedimentos analíticos que o método proporciona, e reproduzir o pensamento de toda essa estrutura do objeto analisada.

Após delimitar o tema, buscaram-se referências bibliográficas que contivessem as informações para o desenvolvimento do mesmo. Vale ressaltar que, à medida em que os assuntos analisados foram pesquisados, novas buscas passaram a ser necessárias, na tentativa de responder as novas perguntas que surgiram ao longo do processo de pesquisa. As principais fontes pesquisadas foram feitas em sites como Scielo, Google Acadêmico, Boletim Jurídico, Carta Capital, Âmbito Jurídico, e em artigos especializados, TCCs, dissertações de mestrado e teses de doutorado. O trabalho está dividido em três capítulos, cujo primeiro traz um olhar crítico sobre a violência, pobreza e crime. No segundo capítulo é feito um breve contexto histórico do sistema prisional e sobre a precarização. Já no terceiro capítulo é colocado como é a forma de ressocialização no Brasil.

CAPÍTULO I. VIOLÊNCIA, CRIME E POBREZA: UM OLHAR CRÍTICO

O fenômeno da violência sempre esteve presente nas relações sociais. Dessa forma, a violência pode ser encarada como um fenômeno histórico na constituição da sociedade, presente desde a escravidão, passando pela colonização mercantilista e o coronelismo, até chegar aos dias atuais. A violência permeia a história do Brasil.

No País, há tempos vem aumentando o sentimento de insegurança e medo. De acordo com Oliven (2010) apesar da inexistência de estatísticas confiáveis sobre a violência, pode-se afirmar que ela está numa crescente desde 1964. As estatísticas de criminalidade vêm apontando esta tendência e denunciam o aumento de crimes como roubos, homicídios, estupros e sequestros.

Não há sociedade desprovida de violência. No entanto, existem sociedades que são mais violentas quando comparada a outras. Determinados países, em decorrência de sua organização política, econômica e social, reproduzem, mesmo em âmbito institucional, o uso da força, do poder e de privilégios para dominar, subordinar e causar danos a indivíduos ou grupos.

Assim, percebe-se que a depender da estrutura econômica e social sobre a qual se assentam as sociedades, a violência em suas variadas formas pode ser reproduzida ou reprimida. A distribuição desigual dos bens, recursos, serviços, por exemplo, é fator determinante para o sentimento de insegurança social. A aceitação das pessoas pela desigualdade como fato natural dificulta seu enfrentamento e contribui para o fortalecimento de diversas formas de violência, algumas invisíveis ou naturalizadas.

Para além das estruturas, o próprio regime político impacta a violência, pois ambos são fenômenos sociais e históricos. Vale destacar que o regime político é um conjunto de instituições políticas nas quais o Estado se organiza para executar seu poder sobre a sociedade. A depender da forma como se dá

atuação estatal, a violência pode se perpetuar na sociedade ou diminuir. Cada regime político tem sua forma de executar a violência, assim como estratégias para "acabar" com ela também.

A partir desta compreensão, tem-se que a base histórica do nosso país é totalmente vinculada ao cenário de exploração e violência. O período de colonização é marcado pela aberta exploração dos escravos. A violência, brutal, era institucionalizada e considerada natural.

Da invasão dos portugueses em 1500 à fundação do governo geral em 1549, a extrema violência contra os povos nativos caracterizaram o País. Houve muitas formas de violência nesse período, quando dividiram a sociedade em seres humanos escravizados e livres, subalternos e grandes proprietários de terra.

Enganam-se aqueles que pensam que a violência parte apenas das classes mais pobres. Ao contrário, ela perpassa todas as duas classes sociais e suas frações, sem distinção. Contudo, alguns autores afirmam que inúmeros os casos relatados sobre violência, sendo esta uma constante preocupação na sociedade brasileira e também mundial. A grande divulgação de alguns casos, geralmente os mais dramáticos, acaba causando pânico generalizado e reforçando a ideia de que o fenômeno aumenta a cada dia, que há pouco o que se fazer para impedir e que ela é natural das camadas mais pobres, relacionada à população negra.

Observando o atual quadro da violência urbana, o olhar leigo não percebe os fatores que conduzem a tal situação; é comum a atribuição de culpa, unicamente, ao crescimento urbano desordenado, o que faz com que as cidades brasileiras convivam com a superlotação. Sendo assim, políticas sociais como moradia, educação, saúde, entre outras, acabam não alcançando todos os cidadãos, ocasionando graves problemas para a população.

Ainda dentro do contexto da violência na conjuntura histórica brasileira, a solução para tal problema envolve os mais diversos setores da sociedade, não só a segurança pública e um judiciário eficiente, mas também demanda com urgência, profundidade e extensão a melhoria do sistema educacional, saúde, habitacional, oportunidades de emprego, dentre outros fatores.

Requer principalmente uma grande mudança nas políticas públicas e uma participação maior da sociedade nas discussões e soluções desse problema de abrangência nacional. (CAMARGO, 2013, s/n.).

Sendo assim é importante frisar que a criminalidade e a violência estão na organização social do nosso país. Com as transformações da sociedade brasileira, sejam econômicas, políticas ou sociais, a desigualdade social vem aumentando, agravando os conflitos nas cidades e no campo. Do ponto de vista moral, o individualismo, característica nativa do capitalismo, ganhou força e contribuiu para a concentração de riqueza, poder e *status* em poucas mãos.

A sociedade brasileira tem se tornado mais complexa, reivindicativa e preocupada com problemas historicamente enraizados, incluindo os relacionados à criminalidade e à violência.

O Brasil possui altas taxas de crime e violência nas mais variadas formas, sejam elas as violações aos direitos humanos, sejam os conflitos nas relações interpessoais e intersubjetivas. A violência tornou-se um instrumento, uma estratégia e um *modus operandi* intrínseco ao modo de produção capitalista e essencial para a sua reprodução.

Uma das mais cruéis e frequentes formas de violência é a discriminação e o preconceito racial. No Brasil, ela tem sua origem no período colonial escravocrata. Normalmente, esta violência vem acompanhada pela desigualdade social e econômica. Segundo Batista (2005), no Brasil os negros possuem menor escolaridade e menores salários, vivem nas periferias, estão excluídos de vários direitos sociais. A violência contra esse grupo, que constitui a maioria da população brasileira, é múltipla, vem de todos os lados e, apesar das lutas e de alguns avanços, permanece intensa.

A criminalidade, assim como a violência, é outra abordagem que merece atenção. Crime é um conceito jurídico que se entende como violação da lei penal. Um exemplo são as violações aos direitos humanos. No entanto, seu conceito pode variar de uma sociedade para outra e, com o passar do tempo, pode mudar. No Brasil, certo ato pode ser considerado um crime, enquanto em outro país o mesmo pode não ser entendido como tal. Nem todo fenômeno entendido como

violento pode ser definido como crime. Para o FBI, “a criminalidade violenta é composta de quatro ofensas: homicídio, estupro, roubo e assalto agravado. Todos os crimes violentos envolvem força ou ameaça de força” (CADEMARTORI; ROSO, 2012, p. 407).

Nem todos os tipos de criminalidade estão relacionados com as condições econômicas. Há crimes passionais, movidos por interesses privados ou impulsos. Contudo, a fome, o desemprego, a miséria influenciam no nível de crime nas sociedades. A desigualdade social presente na sociedade induz a criminalidade e a violência

De acordo com Duarte (2008, p. 43), no Brasil, muitos acreditam que a criminalidade está interligada à pobreza, sendo o estereótipo de delinquente preferencialmente designado ao pobre, mesmo não tendo provas sobre sua participação no suposto delito.

Os papéis sociais de criminosos no Brasil são assumidos por diversos indivíduos de classes sociais diferentes, alguns criminosos podem pertencer à classe mais elevada e cometem crimes no âmbito da gestão pública, na sonegação de impostos, “lavagem de dinheiro” ou delitos assemelhados, porém não recebem o mesmo tratamento ou não são considerados criminosos pela sociedade, uma vez que a designação de criminoso é reservada aos de classe mais baixa, quando se envolvem em situações delituosas, principalmente porque os meios de comunicação de massa reproduz a crença de que a criminalidade está relacionada à pobreza, crença essa que tende a enfraquecer-se diante da impossibilidade de ocultação das inúmeras ocorrências de indivíduos ricos ou influentes envolvidas na criminalidade (CRUZ, 2017, s/n.).

É importante ressaltar que a criminalidade não escolhe classe social, por isso não se deve encobrir crimes praticados por aqueles consideravelmente ricos. No Brasil, o tratamento dado ao criminoso pobre é diferente daquele ofertado a quem tem uma posição privilegiada na sociedade. A suposta relação entre criminalidade e pobreza é de interesse apenas daqueles pertencentes às classes dominantes, pois estes têm privilégios no que tange a apuração do crime.

Isso é uma realidade presente no Brasil, como no mundo inteiro. Como vemos nas mídias atuais, os ricos que são poucos, mas que detêm dinheiro, prestígio, poder, não pagam pelos crimes que cometeram, pois as leis do Brasil foram feitas para os ricos,

que tem condições de subornar funcionários da lei para amenizar os seus crimes perante a sociedade, e assim ficar impunes de seus atos fraudulentos cometido aos cidadãos de bem. (VASCONCELOS, 2015, s/n.).

Tanto a criminalidade como a violência são temas muito debatidos, tanto para os cidadãos de uma forma geral, quanto para o poder público. As desigualdades sociais permanecem ao longo da história.

O Estado que corta gastos sociais torna-se responsável pelo aumento da criminalidade, pois o indivíduo criminoso, muitas vezes, encontra nesta prática a única forma de sobreviver e conseguir recursos financeiros. Sem políticas sociais (incluindo as de segurança pública), a distribuição desigual dos serviços, bens e recursos acabam se tornando fatores que contribuem para a criminalidade. No Brasil, o poder público tem-se mostrado incapaz de resolver e enfrentar estas questões.

É preciso mencionar que o atrelamento da violência às classes subalternas geralmente esconde o racismo: em sua maioria são homens/mulheres/jovens/crianças negros, pobres e moradores das periferias, que sofrem muito mais violência do que são acusados de praticar.

Os criminosos são vinculados a características físicas e econômicas e estes estereótipos (pobre e negro) estimulam o racismo e o elitismo no interior da sociedade. Na verdade, numa sociedade cuja maioria é formada de negros e pobres presenciamos um aumento crescente do sentimento de insegurança (SILVA, 2003, p.69).

O combate à criminalidade por meio da implementação de penas severas, prisões e maior número de policiais nas ruas está cada vez mais ultrapassado. Na realidade, o crime deve ser suprimido por meio do elo entre poder público e sociedade civil determinando os riscos e os objetivos desejados. É necessário observar qual setor apresenta a falha que acarreta a insegurança, como ela interfere no sistema e como ela está se manifestando diante da atuação dos órgãos responsáveis pela segurança.

No senso comum, cidadãos negros são percebidos como potenciais perturbadores da ordem social. De acordo com o estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de 2015, os negros são assassinados 132% a

mais do que os brancos. Entre as vítimas de crimes violentos, os negros são a maioria.

Assim, ao tratar do crime e da violência, é preciso relatar as respostas estatais voltadas para amenizar essa problemática. Compreender para onde vão os acusados de crimes e as condições desses locais é de extrema importância. Um grande quantitativo de presos ainda não passou por nenhum julgamento e está preso sem provas: estima-se de 40% a 60% dos presos, segundo o site do CONJUR, estão presos sem julgamento. Esses dados serão melhor relatados no próximo capítulo.

1.1 A Polícia e a Perseguição Contra a População Negra

No Brasil do século XXI poucos são os que se identificam como racistas. Contudo, a maioria das pessoas acha que os outros são racistas. A famosa ideia de que o País vive uma democracia racial permitiu que qualquer problema que traga como base a questão racial seja considerado individual e não coletivo. Porém, quando se trata de homicídios no Brasil percebe-se que não há igualdade entre raças.

Segundo o Atlas da Violência de 2017, lançado pelo IPEA e o pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, estudo revela que a população negra, de baixa escolaridade e jovem são principais vítimas de mortes violentas no Brasil. A população negra corresponde a maioria (78,9%). De cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras. Os negros possuem chances 23,5% maiores de serem assassinados em relação a brasileiros de outras raças. Um alto nível de homicídios está, em geral, relacionado com uma estrutura social que enfrenta alta presença de outros tipos de violência.

O Estado tenta estabelecer a ordem por meio do controle social; a segurança pública, por exemplo, seria um efeito de controle social, portanto resultado de um processo de integração e interação entre os membros de uma determinada sociedade, capaz de gerar a sensação de segurança ou de ausência de medo, em espaços públicos e privados. (MORAES, BERLATTO, 2011).

No entanto, o Estado brasileiro não está sendo capaz de garantir o direito de existir da população negra, que passou a se tornar vítima do próprio Estado em suas ações de combate ao crime: um dos grandes problemas que a população negra vem enfrentando é o modelo de segurança pública, principalmente o modelo centrado na polícia militar brasileira.

No livro “A Polícia no Rio de Janeiro” o autor Thomas Holloway (1997), escreve sobre a origem da polícia no Brasil:

As instituições policiais de tipo moderno surgiram no Brasil durante a multifacetada transição do século XVIII para o XIX. As instituições estatais assumiram a autoridade que antes era exercida principalmente pelas hierarquias personalistas. As mudanças conexas incluíram a transição da vontade arbitrária do soberano para procedimentos judiciais baseados amplamente nos direitos do homem e do cidadão, bem como a tortura pública para o encarceramento disciplinar como meio de punição, além da criação de instituições burocráticas como a polícia, para preencher o espaço público. Usando a polícia o Estado assumiu a tarefa de proteger a sociedade – controle do comportamento público (HOLLOWAY, 1997, p. 21).

No Brasil, a polícia surge para controlar as chamadas "classes perigosas", sendo estas consideradas a população pobre e negra. Percebe-se que a polícia está a serviço de uma elite política e econômica, eliminando todos os que de certa forma “ameaçam” esta classe privilegiada.

Os jovens negros tem um tratamento diferenciado (mais agressivo e injusto) em relação a jovens brancos. Estes mesmos jovens, negros e pobres, considerados para elite como ameaça social, muitas vezes sofrem agressões de policiais e também são presos, simplesmente por serem considerados culpados potenciais, ou seja, mesmo não tendo provas, ele serão os primeiros a serem “investigados”. “É surpreendente, para não dizer espantoso, que a instituição não elabore de modo explícito o que seus próprios agentes definem como uma das principais ferramentas do trabalho policial (a suspeita)” (RAMOS; MUSUMECI, 2005, p.54).

A respeito da perseguição que os negros enfrentam, de acordo com as leituras realizadas para a efetivação deste trabalho, apontam que, por causa da

violência, a expectativa de vida dos negros é menor, se consideradas todas as formas de violência letal (homicídios, suicídios e acidentes). Segundo o site IG.

Ao levar esta perseguição ao sistema prisional, percebe-se que mais da metade do número de detidos pertencem à raça negra; muitos deles estão presos por serem vítimas do racismo institucional.

A violência contra a juventude negra e pobre foge do controle e tende a crescer e se espalhar rapidamente. Afinal, as contradições das desigualdades econômicas, a falta de acesso a serviços públicos básicos e a influência do racismo institucionalizado são mais agudas e determinantes nessa fase da vida frente, a necessidade de oportunidades aos jovens (CRUZ, 2013, s/n).

O próximo capítulo está dividido em três tópicos. O primeiro aborda o contexto histórico do sistema prisional em geral, relatando seus diversos modelos existentes e em seguida, traz um breve contexto histórico do sistema prisional brasileiro. O segundo tópico trata da precarização do sistema prisional brasileiro, explícita na falta de garantia de direitos a esses indivíduos. Por fim, o terceiro tópico irá citar algumas rebeliões que existiram no Brasil, como a do Carandiru, e também apresentar notícias e reportagens sobre as penitenciárias brasileiras.

CAPÍTULO 2. CONTEXTO HISTÓRICO DO SISTEMA PRISIONAL

O sistema prisional desde seu início passou por significativas mudanças. Até o século XVIII, segundo Oliveira, “os indivíduos eram abandonados à sorte e a regra da prisão não era considerada como pena” (2009, p.2). As penas eram marcadas por serem cruéis físicas; não havia a privação de liberdade como pena. Segundo Carvalho (2002, p. 21) “o encarceramento era um meio, não era o fim da punição”; a privação de liberdade era uma forma do acusado não poder fugir de sua punição final.

Já no século XVIII, passa a fazer parte das punições a pena privativa de liberdade; as transformações da punição acompanham as modificações políticas deste mesmo século, ou seja, a queda de um regime autoritário para a ascensão da burguesia. Na França, “a detenção se tornou a forma essencial de castigo, ocupando – entre a pena de morte e a multa – quase todo o campo das punições possíveis.” (AMARAL, p. s/n). Neste momento a pena de morte é substituída pela reclusão.

Desta forma, as novas prisões que surgiam não possuíam quaisquer princípios de normas penitenciárias; em que a promiscuidade e a falta de higiene eram componentes do sistema punitivo, e também não havia preocupação com as medidas reeducativo-penais. A maioria dos estabelecimentos prisionais era subterrânea, o que causava sofrimentos cruéis ao indivíduo condenado à prisão (OLIVEIRA, 2009, p.2).

John Howard, a partir do século XVIII, começou a observar e fazer críticas sobre as condições das prisões. A partir disso, foi desenvolvendo um projeto que tinha como objetivo a construção de celas individuais e trabalhos religiosos para a realização da reforma moral dos presos, além de normas para uma boa alimentação e higiene (HODLICH, 2000).

Outras ideias influenciaram a revolução do sistema prisional. Após a morte de John Howard, Jeremy Bentham deu continuidade às críticas das prisões. Suas observações motivaram, no século XIX, a defesa de um modelo denominado "Panóptico", uma prisão cuja construção arquitetônica tinha forma de círculo, com celas individuais e com janelas que davam vistas tanto para as partes interiores quanto para as exteriores; o que permitia a entrada de luz. No

centro deste círculo, uma sala de controle tinha acesso visual a todas as celas, podendo exercer o controle constante de todos os prisioneiros.

Além do panóptico, outros modelos foram surgindo. Um que se tornou conhecido foi o Filadélfico, implementado em 1790 nos Estados Unidos. Este era caracterizado por promover um isolamento absoluto do indivíduo, que ficava só e em total silêncio, supostamente refletindo sobre os seus crimes.

Após mais ou menos trinta anos de existência do sistema Filadélfico, no Estado de Nova Iorque, mais precisamente na cidade de Auburn, surge o modelo prisional Auburn. Este sistema apresentava uma ala com 80 celas, onde era permitido para os presos o trabalho e também a realização de refeições coletivas. Estavam proibidas as visitas, os exercícios físicos e também o lazer. Havia ainda a lei do silêncio absoluto, porém caso houvesse autorização dos vigias, os indivíduos poderiam se comunicar com os agentes penitenciários. Caso, por algum motivo, existisse uma comunicação sem autorização, os presos sofriam castigos corporais, justificados pela falta de disciplina.

A pena de morte, comum desde a Antiguidade, foi sendo interrompida por alguns países e, assim, a pena privativa de liberdade começou a ser definitivamente imposta em todo o globo; ou seja, foi tendo início o que ficou conhecido como regime progressivo. Este sistema, inglês, teve seu início em 1846, e apresentava como proposta a redução da pena a depender da sentença de condenação e da conduta do preso.

No ano de 1835, surgiu o regime Irlandês, considerado uma melhoria do sistema inglês. Nele foi acrescentado um regime intermediário, onde o recluso, caso tivesse bom comportamento, poderia ser levado a uma prisão com menor rigidez e ainda poderia realizar trabalhos fora do presídio. Este modelo foi o que mais possibilitou os meios para o retorno gradativo do recluso para a sociedade.

É este sistema que foi adotado pelo Brasil, "centrado na teoria ressocializadora, com concepções modernas de ressocialização, composto por três regimes penais: o fechado, o semi aberto e o aberto" (OLIVEIRA, 2006, p.4).

2.1 Contexto Histórico do Sistema Prisional no Brasil

Até o ano de 1830 o Brasil era uma colônia portuguesa que não dispunha de um Código Penal próprio, ou seja, não havia a privação de liberdade e as prisões eram locais de custódia. Estes eram somente estabelecimentos para impedir a fuga da pena que viria e não uma penalização fim (ENGBRUCH; SANTIS, 2012).

A pena de prisão foi estabelecida no Brasil por meio do Código do Império em 1830. As prisões eram caracterizadas por ter um padrão violento, com a presença de penas de morte e até perpétuas. Havia dois modos de prisão: simples e com trabalho; a prisão com trabalho poderia ser perpétua. Em 1890 foi desenvolvido um novo Código Penal que eliminava as características do sistema prisional promovidas pelo antigo Código.

O Código Penal de 1890 possibilitou estabelecer novas modalidades de prisão, considerando que não haveria mais penas perpétuas e coletivas, limitando-se as penas restritivas de liberdade individual, uma penalidade de no máximo trinta anos, com a prisão celular, reclusão, prisão com trabalho obrigatório e prisão disciplinar (OLIVEIRA, 2006, p. 4).

Já na década de 1980, com o Estado neoliberal, “a atuação penal é caracterizada pela noção de emergência, compreendida como um momento excepcional a exigir uma resposta pronta e imediata, que deve durar enquanto o estado emergencial perdure” (PASTANA, 2009, p. 189).

A Lei de Execução Penal regulamenta o sistema penitenciário brasileiro e no seu art. 1º propõe o seu objetivo: “Efetivar as disposições da sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (OLIVEIRA, 2006, p. 6).

A pena aplicada no Brasil está associada com a privação de liberdade, porém todos os direitos fundamentais previstos e defendidos pela Constituição Federal devem ser respeitados.

As penas privativas de liberdade são aquelas que privam a liberdade das pessoas, prendendo-as em estabelecimentos penais e fazendo com que fiquem isoladas da sociedade. Entretanto, elas também têm uma finalidade social, que consiste em oferecer ao condenado os meios indispensáveis para sua

reintegração social. E para que isso ocorra são adotadas políticas públicas que valorizam o trabalho prisional, a assistência educacional formal e profissionalizante, o esporte e lazer, e o contato com o mundo exterior (OLIVEIRA, 2006, p.8).

Como já dito no tópico anterior, o Brasil adotou o regime Irlandês, que se trata de um regime intermediário, segundo o qual se o detento tiver um bom comportamento poderá fazer trabalhos fora do presídio e será levado a uma prisão com menos rigidez. Esse modelo possibilitou o retorno gradativo do detento para a sociedade e, com ele, o Brasil centrou sua atuação na teoria ressocializadora.

De acordo com Nascimento (2003) o regime semi-aberto fica entre o regime fechado e o aberto, e se trata de reintegrar novamente o detento para a sociedade e impedir que ele se envolva em ações criminosas. Já o regime fechado é o de segurança média e máxima, no qual os presos são encarcerados em prisões com maior rigidez, recebem maior vigilância e controle e as atividades são limitadas. O regime aberto é uma das diversas formas de tratamento em semi-liberdade: nesse modelo, o detento trabalha fora do estabelecimento prisional no período diurno e não há uma escolta supervisionando sua atividade externa.

O sistema penitenciário brasileiro é regulamentado pela Lei de Execução Penal (LEP) que, no seu art. 10º defende a: “assistência do preso e ao internado, como dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, estendendo está ao egresso” (TORRES, 2001, p.79).

Ainda segundo Torres (2001, p. 6) as penas cruéis e as torturas ficam proibidas por meio da Constituição Federal

No art. 1º, III, da CF/88, está disposto que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil é a dignidade da pessoa humana. Em seguida, o art. 5º, III, veda a prática de tortura, já que, afinal, o delinquente não deixa de pertencer ao gênero humano. Têm-se aqui, então, as bases que repudiam as penas manchadas pela crueldade, pelo sofrimento desnecessário.

Além disso, toda pessoa que for julgada em um tribunal deve ter direito a um advogado e também é assegurada a integridade física e moral desta pessoa.

O desrespeito aos direitos humanos dos homens e mulheres presos no sistema prisional brasileiro caracteriza-se, principalmente, pelas constantes violações da integridade física e moral, como espancamentos, maus-tratos, condições insalubres de habitação, castigos arbitrários e ausência de atendimento médico [...] essas violações ocorrem também discriminações praticadas pela população carcerária [...] com os presos que cometeram crimes violentos contra crianças, crimes sexuais, matricídio, bem como discriminações relativas à orientação sexual, travestis e homossexuais. O que se nota no sistema carcerário é que a violência praticada contra estes presos é tolerada pelas autoridades e tida como uma lei da cadeia, não havendo iniciativa para mudança desta realidade. (TORRES, 2001, p.81).

É importante se ter em mente que muitas das penitenciárias brasileiras são voltadas para o cumprimento das penas privativas e se encontram em péssimas condições. Outro ponto importante, previsto em lei, porém não cumprido, é a separação dos detentos por idade ou gravidade do delito.

A Constituição Federal de 1988 assegura à população encarcerada, garantias e proteções específicas. Já a LEP, desde o ano de seu início em 1984, vem detalhando ainda mais as normas prisionais brasileiras. Ela é considerada inovadora, pois é uma lei que está de acordo com o documento emitido pelas Nações Unidas.

A Lei n.º 7.210, de 11.7.1984, estabeleceu que, no prazo de 6 (seis) meses após a sua publicação, deveriam as unidades federativas, em convênio com o Ministério da Justiça, “projetar a adaptação, construção e equipamento de estabelecimentos e serviços penais previstos nesta Lei” (art. 203, § 1.º). Também, no mesmo prazo, deveria “ser providenciada a aquisição ou desapropriação de prédios para instalação de casas de albergados” (art. 203, § 2º). (DOTTI, 2003, s/n).

Há muito tempo o sistema penitenciário brasileiro passa por uma crise marcada pela falência do atual modelo. Os presídios acabaram se tornando um tipo de depósito humano, onde a superlotação acarreta violência sexual entre presos, faz com que doenças graves se proliferem, facilita o extermínio e as rebeliões que descambam em morte de presidiários e funcionários, entre outras graves situações; percebe-se então que o Estado não garante a execução da lei.

2.2 Precarização do Sistema Prisional Brasileiro

No Brasil, a precarização enfrentada pelo sistema carcerário é considerada um grande transtorno a toda a sociedade, principalmente quando se fala na superlotação das penitenciárias. Sabe-se também que o papel principal das prisões deveria ser a promoção da ressocialização do indivíduo, o que deveria contribuir, dessa forma, para a diminuição da superlotação.

A realidade encontrada no sistema prisional são cárceres arcaicos, o que contribui ainda mais para a criminalidade; o indivíduo acaba sendo abandonado pelo Estado em uma “jaula” sem estrutura e sem higiene. Em muitos casos os presos acabam dormindo sentados; com o passar do tempo os mesmos vão perdendo sua dignidade. Rogério Greco afirma que a dignidade da pessoa humana é:

É entendida como uma qualidade que integra a própria condição humana, sendo, em muitas situações, considerada, ainda, irrenunciável e inalienável. É algo inerente ao ser humano, um valor que não pode ser suprimido, em virtude da sua própria natureza. Até o mais vil, o homem mais detestável, o criminoso mais frio e cruel é portador desse valor (GRECO, 2011, p.8).

As doenças se proliferam rapidamente devido ao atendimento médico precário. Ou seja, a superlotação viola as normas e princípios constitucionais encontrados na LEP, pois, em seu art. 88, está estabelece que:

"o condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório. São requisitos básicos da unidade celular: salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; área mínima de 6,00m²".

Ao lado da superlotação, os detentos brasileiros ainda sofrem com a ausência de outros direitos, como saúde, falta de assistência governamental; e ainda enfrentam violências entre os presos e de policiais. Percebe-se que a construção de novos presídios não é uma prioridade na segurança pública, porém levar dignidade ao preso é necessário. As superlotações dos presídios influenciam também no aumento de rebeliões. Segundo portal do Ministério da Justiça/DEPEN, a população carcerária brasileira, no ano de 2013, registrou um

total de mais de 574.027 presos abrigados em 1.482 estabelecimentos, mais de 300 mil pessoas por instituição.

A estratégia para diminuir o déficit de vagas no sistema prisional seria a construção de novos estabelecimentos, conforme já foi mencionado, pois o número de inclusões é maior do que o número de liberações. Segundo Tourinho (2009, p. 57) “a falta de vagas faz com que os presos, como é de todos sabido, se amontoem em pequenos espaços, vivendo como animais”.

A média mensal de inclusões e liberações, no 2º semestre de 2003, revela com clareza: enquanto 9.391 eram incluídos por mês no sistema, apenas 5.897 eram liberados. Isso significa um saldo de 3.494 presos a mais por mês ou de 41.928 presos a mais por ano, que se somam ao efetivo já acumulado nos estabelecimentos penais do país (BRASIL, 2005, p.13).

A pena de restrição de liberdade é uma das mais aplicadas, porém ela se restringe a uma liberdade civil, e não a liberdade criminosa, que encontra suporte dentro das penitenciárias. Além da precariedade das condições físicas e materiais dos presídios, as pessoas envolvidas na instituição prisional são desprovidas de qualificação especificamente voltada à ressocialização do apenado, tendo como premissa somente as técnicas de segurança para mantê-las no cárcere e a ordem da instituição (ZANIN; OLIVEIRA, 2006, s/n).

Praciano (2007, p. 81) constata que diante das condições carcerárias no Brasil

A punição não consiste tão somente na privação de liberdade do criminoso, e sim em estar encarcerado em uma prisão com condições inabitáveis para um ser humano, visto que o criminoso fica preso no estabelecimento prisional para receber a pena, mas não somente para cumprir a pena. Dentro desta perspectiva, o Estado se sente cumpridor do seu papel, por amontoar os presos nos estabelecimentos prisionais, assim a sociedade se sente “protegida”. Na verdade, a sociedade livre encontra-se separada, por muralhas e trancas, daqueles que violaram o contrato social. E para isso não importa quantos criminosos estejam nas prisões e em que condições eles estejam inseridos; não importa se o estabelecimento prisional excedeu a sua capacidade de lotação, muito menos se há limite ao número de excedentes.

Outra realidade dentro das penitenciárias é o tratamento médico hospitalar inadequado. Muitas vezes é necessário levar o detento aos hospitais,

mas este deslocamento ainda depende de uma escolta policial, que, diante da demanda de trabalho, pode ser demorada. Para Morsh (2009) o Estado não consegue estabelecer a ressocialização do preso devido às condições precárias e à superlotação. Diante desta situação, o mesmo não consegue oferecer uma infraestrutura adequada, assim como um tratamento condizente com as necessidades enfrentadas.

De acordo com Art. 9º da Resolução Nº 14, de 11 de novembro de 1994, Regras Mínimas para o Tratamento do preso no Brasil “os locais destinados aos presos deverão satisfazer as exigências de higiene, de acordo com o clima, particularmente no que se refere à superfície mínima, volume de ar, calefação e ventilação”. Portanto, mais uma vez, atesta-se que os direitos estão sendo infringidos.

Ao pensar no ambiente físico tem-se, em geral, celas que possuem iluminação, pouca ventilação, até mesmo sem janelas, o que aumenta a insalubridade do local devido à escuridão, à pouca circulação de ar e à constante exposição a vírus e bactérias.

Muitas doenças infecto-contagiosas, como, por exemplo, a tuberculose e a AIDS, estão cada vez mais presentes na população carcerária, atingindo não só esta população, mas também facilitando a transmissão da doença às famílias e amigos durante as visitas e conseqüentemente à população em geral, apresentando um grande risco à saúde pública.

Os presos adquirem as mais variadas doenças no interior das prisões. As mais comuns são as doenças do aparelho respiratório, como a tuberculose e pneumonia. Também é alto o índice de hepatite e de doenças venéreas em geral, a AIDS por excelência. Conforme pesquisas realizadas nas prisões, estima-se que a aproximadamente 20% dos presos brasileiros sejam portadores de HIV (BORGES; DELGADO, 2015, s/n).

Uma reportagem feita pelo programa Profissão Repórter, da emissora Globo, mostrou uma realidade vivida pelos presos em Salvador - BA, que estavam bebendo água vinda de caixa cheia de baratas, além da existência de esgoto dentro das celas e os inúmeros ratos que ficam pelos corredores.

Logo se percebe que a falta de estrutura no sistema prisional brasileiro, faz com que a sobrevivência dentro desses ambientes seja luta diária: os que não morrem de doença ou de subnutrição, são vítimas das guerras e conflitos internos, como será visto no próximo tópico.

2.3 Rebeliões e Massacres

Conforme a realidade vivenciada dentro do sistema prisional brasileiro e a falta de assistência por parte do governo e também pela influência de um ambiente superlotado, ações radicais como as rebeliões começam a surgir. As rebeliões: são disputas por poder, muitas vezes vem de fora do presídio, e algumas facções tem origem em tentativas de organização e assistência para detentos e suas famílias.

Aliados à falta de segurança das prisões e ao ócio dos detentos, leva a deflagração de outro grave problema do sistema carcerário brasileiro: as rebeliões e as fugas de presos. As rebeliões nada mais são do que um grito de reivindicação de seus direitos, e uma forma de chamar a atenção das autoridades para a situação subumanas à qual eles são submetidos dentro das prisões (ASSIS, 2007, p. 76).

Para Foucault (2004, p. 29), “as rebeliões, ou revoltas, apresentam reivindicações dos presos não atendidas, principalmente com relação ao tratamento dispensado pelos funcionários do sistema penitenciário”.

No Brasil, existem grandes facções criminosas, que estão ligadas à extorsão, roubos, assaltos, tráfico de armas. Entre as mais conhecidas e que estão em destaque podem ser citados o Comando Vermelho – CV e o Primeiro Comando da Capital- PCC. Formados por quadrilhas que comandam o tráfico de drogas, estão sempre em guerra e buscam aliados em todo País. Grupos paramilitares são chamados de milícias que são formados por agentes penitenciários, bombeiros, policiais, ex-policiais, militares e também vigilantes que cobram uma suposta proteção para os moradores; as favelas são locais dominadas por estas milícias.

Dentro dos presídios, as facções também têm domínio, e muitas das rebeliões nas prisões brasileiras são feitas pelas facções criminosas; o que não é diferente nas ruas, pois ocorrem muitas violências comandadas pelas facções CV e PCC.

Sempre houve crime organizado no Brasil. Ele tem crescido no país impactando a esfera econômica, sócio-política e cultural brasileira. A corrupção, em vários níveis, também está associada ao crime organizado. Coloca-se em destaque, denúncias tornadas públicas por meio da mídia da forte atuação dos policiais nesta modalidade de crime.

Cada vez mais o crime organizado vai se impondo e conectando a diferentes tipos de criminalidade. Corrupção dos agentes do poder público, o uso de potentes armas de fogo, desorganização do controle social.

Existem muitas organizações atuantes no mundo, e em cada país, as facções recebem um nome próprio. São grupos que têm uma estrutura formalizada e que buscam lucros em atividades ilegais. O tráfico de drogas como heroína, cocaína, anfetamina são os produtos mais lucrativos do crime organizado.

O maior massacre ocorrido no sistema prisional brasileiro ocorreu em 1992 no Pavilhão 9 da Casa de Detenção Carandiru; 111 presos foram assassinados por policiais. Este massacre teve início com uma briga de presos rivais no Pavilhão 9 e a intervenção da Polícia Militar, liderada pelo coronel Ubiratan Guimarães, tinha como justificativa acalmar a rebelião no local.

Casa de Detenção de São Paulo no bairro Carandiru, conhecido como Complexo Carandiru, chegou a ter mais de 8 mil presos, apesar de só disponibilizar 3.250 vagas. Inaugurada em 1956 para presos à espera de julgamento, passou também a abrigar os já condenados, ficou mundialmente conhecida pela miséria de seu interior, pelos diversos motins, fugas, violências, rebeliões e, sobretudo pelo massacre dos 111 presos em 1992, pela Polícia Militar. (BARRETO, 2005, p.13).

O Complexo do Carandiru foi desativado em 15 de setembro de 2002, um dia que ficou conhecido como o “fim do inferno”. Os presos foram redistribuídos para outros 11 presídios menores.

Em 2017, houve o segundo maior massacre nos presídios do Brasil, no qual 56 pessoas morreram, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus. Logo depois, mais um massacre ocorreu, deixando ao menos 33 presos mortos, dessa vez, o ocorrido foi em Roraima na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo.

Nos últimos dez anos, têm sido comuns as rebeliões nas prisões brasileiras que deixam um sangrento rastro de mortes entre os presos. Tais mortes não derivam da ação policial de contenção desses movimentos, mas na sua maioria são provocadas por outros presos, em função de conflitos internos, das disputas entre grupos criminosos (SALLA, 2006, p. 277).

É importante ter em mente que os presos estão sob a guarda do Estado. Logo, é dever desta Instituição zelar pela integridade física dos indivíduos garantida qualidade de vida e sobrevivência.

O Estado em geral não se tem considerado responsável pelos problemas decorrentes desta estratégia como as mortes de presos e conta sempre com a ausência ou incapacidade de familiares de presos mortos o processarem em busca de indenizações. Não reconhece quando há problemas de superlotação, maus tratos, e atribui as rebeliões e mortes a 'acertos de contas' entre grupos rivais (SALLA, 2006, s/n).

As notícias sobre as violências dentro dos presídios brasileiros estão cada vez mais frequentes nos meios de comunicação; no *site* da revista Istoé, foi publicado em janeiro de 2017:

As mortes no Rio Grande do Norte são mais um capítulo da guerra de facções nos presídios brasileiros, que ganhou força na virada do ano e fez, em três massacres, 119 vítimas. No dia 1º, presos da FDN lideraram a matança de 60 presos do PCC em Manaus, no Amazonas. A retaliação veio após cinco dias, quando o PCC matou 33 rivais em uma prisão em Boa Vista, Roraima. A disputa por rotas de tráfico de drogas nas fronteiras e o avanço do paulista PCC no Norte e no Nordeste estão entre os motivos (ISTOÉ, 2017, s/n).

Outro fator importante e que influenciam as rebeliões são as guerras entre as facções existentes. De acordo com o site "A Tribuna", a guerra entre o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), mas que também envolve facções aliadas a estas organizações criminosas, é motivada pela disputa pelo controle do tráfico de drogas. (FUCCIA, 2017).

As prisões brasileiras são verdadeiros centros do crime organizado, de onde os chefes das facções dirigem o tráfico, ordenam assassinatos e usam tortura e extorsão para dominar o sistema superlotado. O massacre de Manaus, que tem como liderança a facção a FDN (Família do Norte) tinha como alvo os membros do Primeiro Comando da Capital (PCC), a organização criminosa mais poderosa do Brasil, com raízes em São Paulo. Como represália, após quatro noites, numa prisão estadual de Roraima, membros do PCC mataram 31 detentos em represália.

Não há dados oficiais, de acordo com o DEPEN, a respeito das facções criminosas no Brasil. Porém, os especialistas acreditam que podem existir mais ou menos 30 organizações criminosas consideradas poderosas com atuação dentro e fora dos presídios brasileiros.

No próximo capítulo será destacado como são feitas as ações de ressocialização dentro do sistema penitenciário brasileiro em comparação com outros países.

CAPÍTULO 3. RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL

Em 2011, o Brasil superou a marca de meio milhão de presos e, só nos últimos dez anos, promoveu a elevação da taxa de aprisionamento de 133 para 269,7 pessoas por 100 mil habitantes.

O Brasil é considerado o quarto país do mundo em número de pessoas inseridas no sistema prisional. Em 2014, havia 622.202 presos e, com o decorrer dos anos, este número aumentou ainda mais, pois de acordo com o documento do Departamento Penitenciário Nacional, a população carcerária brasileira aumenta cerca de 7% ao ano.

Nos últimos 14 anos a população do sistema prisional brasileiro teve um aumento de 167,32%, muito acima do crescimento populacional, aumento que reflete tanto ou mais a política criminal hegemônica dos agentes públicos do que a mudança nas tendências de ocorrências criminais no país (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2014, p. 18).

TABELA 1: Países com a maior população carcerária

OS 5 PAÍSES COM MAIS PRESOS (2015)

País	Presos	Por 100 mil hab.
EUA	2.145.100	666
China	1.649.804	118
Brasil	698.618	342
Rússia	646.085	448
Índia	419.623	33

Fontes: Infopen jun.2016/Ministério da Justiça e World Prison Brief

Ainda segundo o documento, elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional, a porcentagem de negros/ pretos e pardos é maior entre as pessoas

encarceradas, representando 61,67% do total. No entanto as mesmas se diferem muito quando comparadas pela população carcerária de cada estado.

TABELA 2: Distribuição da população raça e cor, por unidade da Federação

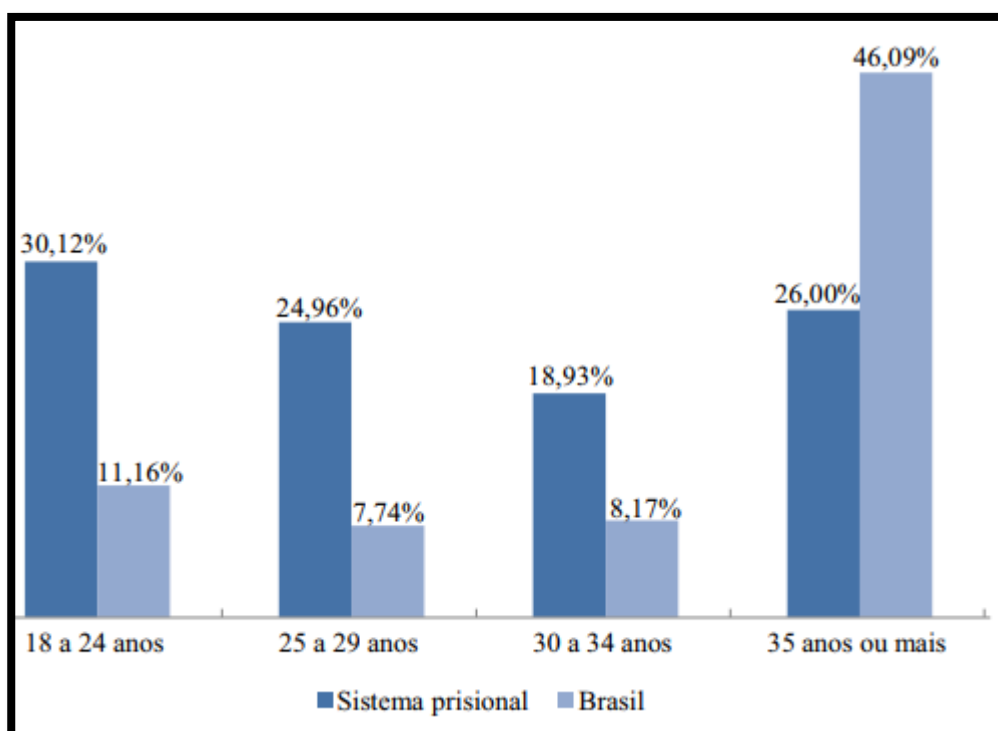
UF	Brancos		Negros/Pretos e Pardos		Amarelos		Indígenas		Outras
	Prisões	Brasil	Prisões	Brasil	Prisões	Brasil	Prisões	Brasil	Prisões
AC	11,63%	21,14%	87,56%	74,67%	0,13%	0,47%	0,63%	3,73%	0,06%
AL	22,68%	28,37%	76,91%	71,33%	0,04%	0,07%	0,37%	0,23%	0,00%
AM	12,43%	21,74%	83,07%	75,78%	1,13%	0,22%	0,09%	2,26%	3,28%
AP	30,27%	24,91%	60,32%	74,57%	9,16%	0,14%	0,25%	0,38%	0,00%
BA	12,05%	20,08%	87,82%	79,29%	0,11%	0,14%	0,01%	0,49%	0,00%
CE	16,46%	30,04%	81,68%	69,69%	1,07%	0,05%	0,68%	0,21%	0,11%
DF	17,54%	41,67%	81,69%	57,33%	0,69%	0,53%	0,07%	0,47%	0,01%
ES	22,28%	39,92%	76,58%	59,62%	0,31%	0,15%	0,00%	0,32%	0,83%
GO	24,26%	39,14%	75,50%	60,23%	0,19%	0,44%	0,01%	0,20%	0,04%
MA	19,66%	18,83%	72,95%	80,61%	5,26%	0,06%	0,27%	0,51%	1,86%
MG	30,06%	42,52%	67,84%	56,94%	2,09%	0,22%	0,01%	0,32%	0,00%
MS	37,05%	46,40%	61,63%	51,96%	0,04%	0,82%	1,28%	0,82%	0,00%
MT	23,82%	34,54%	75,51%	64,80%	0,64%	0,36%	0,04%	0,29%	0,00%
PA	13,51%	20,10%	83,06%	78,57%	2,78%	0,15%	0,11%	1,18%	0,54%
PB	22,69%	36,20%	77,05%	62,80%	0,23%	0,11%	0,00%	0,88%	0,03%
PE	14,10%	33,29%	79,93%	65,87%	4,88%	0,21%	0,94%	0,62%	0,15%
PI	12,10%	24,30%	76,72%	75,56%	1,82%	-	0,40%	0,14%	8,96%
PR	67,29%	67,48%	31,99%	31,19%	0,51%	1,13%	0,01%	0,20%	0,20%
RJ	26,51%	47,37%	72,57%	52,29%	0,04%	0,22%	0,00%	0,12%	0,87%
RN	15,19%	40,60%	81,28%	59,29%	0,19%	-	0,00%	0,12%	3,34%
RO	18,83%	31,39%	79,36%	68,15%	1,03%	0,17%	0,40%	0,29%	0,38%
RR	11,29%	22,42%	77,60%	72,63%	0,00%	0,08%	5,65%	4,86%	5,46%
RS	65,86%	79,76%	33,54%	19,74%	0,26%	0,14%	0,26%	0,36%	0,09%
SC	62,04%	83,69%	36,76%	15,72%	0,55%	0,38%	0,12%	0,21%	0,54%
SE	34,05%	24,95%	65,62%	74,39%	0,33%	0,39%	0,00%	0,28%	0,00%
SP	45,26%	61,23%	54,46%	37,25%	0,18%	1,30%	0,01%	0,22%	0,09%
TO	14,36%	21,92%	85,48%	77,60%	0,11%	0,22%	0,05%	0,25%	0,00%
BRASIL	37,23%	45,48%	61,67%	53,63%	0,65%	0,49%	0,13%	0,40%	0,32%

Fonte: Infopen, dez./2014

Na população prisional brasileira, a porcentagem de mulheres presas é 5,8% para 94,2% de homens.

O ritmo de crescimento da taxa de mulheres presas na população brasileira chama a atenção. De 2005 a 2014, essa taxa cresceu numa média de 10,7% ao ano. Em termos absolutos, a população feminina saltou de 12.925 presas em 2005 para 33.793 em 2014 (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2014, p. 39).

TABELA 3: Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira



Fonte: Infopen, dez./2014

Com relação à escolaridade da população carcerária tem-se que pessoas alfabetizadas informalmente e também aquelas que têm até o ensino fundamental completo representam 75,08% da população prisional.

3.1 A Ressocialização no Brasil, Noruega e França

A ressocialização é considerada a humanização do indivíduo recluso no sistema prisional, buscando um foco humanista, ou seja, a pena aplicada deixa de ser uma exclusão ou retenção do indivíduo, e ganha então o objetivo de preparação/orientação para o retorno do mesmo à sociedade. Contudo, o

sistema prisional é visto como um instrumento de tentativa de redução da violência e criminalidade e, para que haja a ressocialização, é necessário dar suporte ao preso, compreender e analisar os motivos que fizeram o mesmo praticar crimes e delitos, e buscar caminhos e propostas que possam melhor reintegrá-lo à sociedade.

Parece-nos que a sociedade não concorda, infelizmente, pelo menos à primeira vista, com a ressocialização do condenado. O estigma da condenação, carregado pelo egresso, o impede de retornar ao normal convívio em sociedade (GRECCO, 2011, p. 443).

No Brasil a ressocialização não é eficaz, fato observado no comum retorno ao crime por egressos do sistema prisional.

A ressocialização não pode ser conseguida numa instituição como a prisão. Os centros de execução penal, as penitenciárias, tendem a converter-se num microcosmo no qual se reproduzem e se agravam as grandes contradições que existem no sistema social exterior (...). A pena privativa de liberdade não ressocializa, ao contrário, estigmatiza o recluso, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. A prisão não cumpre a sua função ressocializadora. Serve como instrumento para a manutenção da estrutura social de dominação (MIRABETE, 2002, p. 24).

O sistema penitenciário brasileiro vive uma crise, como já mencionado neste trabalho: os detentos não têm condições dignas de vida, as celas estão cada vez mais superlotadas, os julgamentos não ocorrem antes da prisão (em muitos casos), a alimentação é precária, a violência extrema; nestas condições, os mesmos se sentem desestimulados para o seu retorno à sociedade, acarretando em sua saída, a chance a continuação de praticar diversos crimes.

Para fins didáticos (e para comprovar que existem alternativas ao modelo brasileiro), cabe citar alguns dados dos presídios europeus: a Noruega apresenta o melhor sistema prisional do mundo. O país tem cerca de 3900 celas distribuídas em 43 prisões; a maior prisão, em Oslo, tem 392 celas e a menor tem 13. A pena máxima na Noruega é de 21 anos, porém o novo Código Penal contempla uma pena máxima de 30 anos para crimes de genocídio, e também contra a humanidade ou crimes de guerra. Existem ainda serviços de liberdade condicional impostos pelo tribunal e que podem ser executados por 30 a 420

horas. Na Noruega nenhum direito é retirado do indivíduo, a não ser o da liberdade; ou seja, eles devem ter os mesmos direitos de qualquer outro que viva na Noruega. Durante o cumprimento da pena, a vida deve ser a mais próxima possível da vida fora das celas. Esta é uma grande comparação a ser feita com o sistema prisional brasileiro, cujos detentos perdem sua dignidade assim como seus direitos. A ressocialização é considerada eficaz visto que a mesma é obrigatória.

Já no sistema prisional francês, a pena de privação da liberdade está também agregada com a proteção da sociedade; durante o cumprimento da pena, existe a necessidade de preparar o indivíduo para sua reinserção à sociedade, visando prevenir novas infrações. Um dos direitos básicos dos detentos do país é o acesso a oportunidades de emprego; eles também podem votar, casar ou registrar uniões civis, assim como obter rendimentos mínimos enquanto estão presos, com o intuito sempre da reintegração do indivíduo.

Após essa breve comparação entre o Brasil, a Noruega e a França, percebe-se o quanto ainda o sistema prisional brasileiro é precário, assim como a importância da ressocialização. O sistema penitenciário brasileiro não prioriza a ressocialização dos presidiários. A superlotação excessiva das prisões e a realidade de suas instalações físicas, a corrupção e a violência extrema dentro das instituições são alguns dos fatores que contribuem para o fracasso desse sistema.

No Brasil a taxa de reincidência dos detentos é alta, segundo os dados informados pelo IPEA em 2015, a taxa de reincidência encontrada foi de 24%. A faixa etária que predominou foi a de 18 a 24 anos.

3.2 Alternativas para o Sistema Prisional

É necessário que se entenda que cumprir uma pena não significa a restituição de valores. A realidade do sistema prisional brasileiro é massacrante, pois o indivíduo, ao ser preso no Brasil e sob o modelo atual, acaba perdendo todos os seus direitos. Devem-se buscar alternativas para que o detento tenha

uma condição de vida mais digna e políticas que sejam capazes de interferir na reabilitação e inserção do mesmo na sociedade.

A adoção de penas alternativas seriam uma forma de combater o caos da superlotação. Atualmente, elas são aplicadas para penas de até quatro anos, e quase nunca utilizada em casos que envolvem o tráfico de drogas. Caso elas fossem mais utilizadas, contribuiria na separação mais eficaz dos presos, já que os de baixa periculosidade não ficariam no mesmo ambiente que aqueles que fazem parte das facções criminosas.

As estatísticas confirmam o acerto da adoção das penas alternativas. No Estado de São Paulo, enquanto a reincidência média do sistema penitenciário é de 47%, nas penas alternativas restringe-se a 2%. O Estado de São Paulo gasta cerca de R\$ 775,00 ao mês para manter um preso em uma penitenciária, enquanto um condenado à prestação de serviços à comunidade custa em média R\$ 26,00. Isso sem computar o valor do trabalho que realiza em órgãos públicos e entidades filantrópicas (BRASIL, 2008, p. 460).

Outro meio de investir na ressocialização, seria implantar políticas que tenham como objetivo o acesso ao trabalho e à educação; o que acarretaria ainda no combate mais efetivo da reincidência ao crime, com o objetivo da prevenção do crime e da orientação do preso ao retorno à convivência em sociedade. A educação nas prisões tem como finalidade aumentar o índice de alfabetização e ampliar a escolarização dos presos, possibilitando reconstrução de suas vidas após a saída dos presídios

Com relação à educação, os artigos 17 a 21 da LEP estabelecem:

(...) Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos. (...)

O sistema prisional norueguês, ao contrário do brasileiro, investe no acesso ao trabalho, à educação e na proteção dos direitos dos detentos. Com essas medidas, aliada à uma sociedade mais justa e com baixa estratificação social, eles conseguem fazer com que a taxa de reincidência seja de apenas 20%. No Brasil,

A taxa de reincidência dos condenados a pena privativa de liberdade oscila entre 70% e 85%, o índice é de 2% a 12% para as penas alternativas (BRASIL, 2008, p.461)

No Brasil, apenas 25% dos presos realizam algum tipo de trabalho, seja interno ou externo, e apenas 11% participam de atividades educacionais. É preciso oferecer cursos de capacitação profissional para os presos, conforme visa o art. 28 e seguintes da Lei de Execução Penal:

(...) Art. 28. O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. (...)

Art. 29. O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo. (...).

Ainda, é necessário ofertar assistência social, não somente aos presos, mas também às famílias, com o intuito de oferecer orientação e amparo sempre que necessário, conforme é previsto pela Lei de Execução Penal:

(...) Art. 22. A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade. (...)

VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima. (...)

A situação carcerária brasileira é caótica, portanto não conseguem atender as suas finalidades; é fundamental a implementação políticas públicas voltadas para a organização do sistema além de promover efetivação da Lei de Execução Penal. Para além das medidas de reforma do sistema prisional em si,

o mais importante para a redução dos crimes é a construção de uma sociedade mais justa, menos desigual, com proteções sociais públicas de qualidade em todas as esferas, oportunidades reais de trabalho digno e bem remunerado, boa educação e saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo analisar a precariedade do sistema prisional brasileiro. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica com intuito de compreender o contexto histórico do sistema prisional brasileiro, suas dificuldades e crises. A pesquisa foi realizada tendo como suporte teórico o método dialético marxista.

Para poder compreender a estrutura do sistema penitenciário brasileiro e a crise que o acompanha, foi preciso analisar o contexto de violência, criminalidade, desigualdade e pobreza que se passa no Brasil. Essas quatro categorias mencionadas tem uma relação grande com o sistema carcerário.

Também foi necessário realizar uma breve retrospectiva da história do sistema penitenciário, para, em seguida, fazer um recorte para a história do sistema prisional brasileiro, e posteriormente entender melhor sua precariedade.

Identificar a relação da precarização com os acontecimentos que vem ocorrendo, por exemplo, as rebeliões no sistema penitenciário brasileiro foi o principal objetivo dessa pesquisa. O sistema prisional do Brasil está em colapso e não é de hoje que vem acontecendo rebeliões; estas acontecem com o objetivo de reivindicar melhorias dentro dos presídios, e o próprio sistema cria o ambiente propício para violências.

A precarização enfrentada é considerada um grande transtorno para toda a sociedade, principalmente quando a superlotação é o foco. É importante ressaltar que as prisões têm como objetivo a ressocialização dos detentos, para, assim, tentar amenizar as precariedades. Porém, o que está ocorrendo é totalmente o contrário do esperado, pois as prisões estão sendo palco de rebeliões e violências.

Em verdade, os presídios não passam de um grande amontoado de pessoas que vivem em condições desumanas, expostos a todo tipo de enfermidade e que são tratados sem dignidade. Esta realidade estimula as

fugas, rebeliões e massacres, que, conforme já dito, costumam partir da demanda por melhores condições prisionais.

Diferentemente dos presídios brasileiros, em outros países, o sistema penitenciário tem o apoio da sociedade e visa a ressocialização. Quando se compara o sistema penitenciário brasileiro com o sistema de outros países, notam-se algumas diferenças, seja na efetivação das políticas públicas, como também na estrutura dos presídios. No Brasil, após o cumprimento da pena, os ex-detentos retornam para a sociedade sem qualquer política de ressocialização. E, por consequência, acabam cometendo crimes e retornando para a prisão ou sendo assassinados.

Diante dos vários problemas que vêm ocorrendo nos presídios do Brasil surgem várias críticas e questionamentos sobre a atuação do Estado perante essa situação, para solucionar esses problemas que são de suas responsabilidades. Tal situação é reflexo de falhas do Estado em relação à efetivação das políticas públicas. A história do sistema penitenciário brasileiro baseia-se na desigualdade social, e, embora o Estado Brasileiro permita a ressocialização dos detentos para inseri-los novamente na sociedade, o mesmo não cumpre os objetivos das suas legislações referentes ao sistema penitenciário, pois uma das principais causas para que o indivíduo entre no crime, é a total ausência de proteção social, ou seja, a negação de seus direitos mais básicos, como o direito à educação, à saúde, ao trabalho formal e às legislações trabalhistas, entre outros.

A precarização do sistema penitenciário brasileiro é um tema que está sempre em destaque na mídia, contudo, muitas vezes de forma enviesada. Esse TCC tentou mostrar, mesmo que em suas poucas páginas, a realidade carcerária do País para além do senso comum. Com isso, espera-se que haja melhorias e que as injustiças com os detentos, frequentes durante toda a evolução do sistema penitenciário, sejam reconhecidas e combatidas.

Corroborando a hipótese de trabalho deste TCC, confirmou-se que o sistema penitenciário brasileiro está falido. Por isso, uma grande quantidade de presidiários, após o cumprimento da pena, retorna à sociedade sem qualquer política de ressocialização. A consequência imediata é uma nova prática de

crimes e o retorno cíclico à prisão, gerando dificuldades, uma delas é a quantidade absurda de ex- presidiários que são devolvidos para sociedade sem nenhuma reabilitação.

Dessa forma este Trabalho de Conclusão de Curso teve como meta demonstrar o quanto esses problemas relacionados à precarização do sistema penitenciário refletem na nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, C. P. *Evolução histórica e perspectivas sobre o encarcerado no Brasil como sujeito de direitos*. Disponível em <<http://www.gecap.direitorp.usp.br/index.php/2013-02-04-13-50-03/2013-02-04-13-48-55/artigos-publicados/13-artigo-evolucao-historica-e-perspectivas-sobre-o-encarcerado-no-brasil-como-sujeito-de-direitos>>. Acesso em: outubro de 2017.

ASSIS, R. D. *A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro*. Revista CEJ. Brasília, Ano x1, nº 39, P. 74 – 78. out/ dez. 2007.

BATISTA, L. E. *Masculinidade, raça/cor e saúde*. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 71-80, 2005.

BARRETO, V. R. *Avaliação do Processo de Trabalho no Serviço Social no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná*. Curitiba, 2005.

BRASIL Ministério da Justiça. *Sistema Penitenciário do Brasil: diagnóstico e proposta*. DEFEN, 2005.

_____, *Resolução Nº 14, de 11 de novembro de 1994*. Disponível em: <portal.mj.gov.br/rh/services/.../FileDownload.EZTSvc.asp?> Acesso em: setembro de 2017.

_____, *Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário*. 2008

BORGES, D.; DELGADO, R. X. *A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro*. Disponível em: <<https://www.fadiva.edu.br/documentos/jusfadiva/2015/08>> Acesso em: outubro de 2017.

CADEMARTORI, Ana Carolina; ROSO Adriane. *Violência, criminalidade e relações de dominação: do Brasil colônia ao Brasil contemporâneo / violence, crime and relationsof domination: brazilcolonytobrazilcontemporary*: SER Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 397-418, jun./dez. 2012.

CARTA CAPITAL. *Brasil possui a quarta maior população prisional do mundo*. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/brasil-possui-a-quarta-maior-populacao-prisional-do-mundo-7555.html>> Acesso em: agosto de 2017.

CAMARGO, O. *Violência no contexto histórico brasileiro*. Disponível em: <<https://pausapararefletir.wordpress.com/2016/09/03/violencia-no-contexto-historico-brasileiro/>>. Acesso em: Agosto de 2017.

CRUZ, J.H.R. *Identidade, papéis sociais e criminalidade: abordagens sobre criminalidade e pobreza no contexto brasileiro*. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13398&revista_caderno=3> Acesso em: Setembro de 2017.

DA SILVA, Jorge. *Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

DUARTE, P. M. *Pobreza e criminalidade no Brasil: uma análise sócio jurídica*. Monografia. Graduação em Direito – Universidade do Vale do Itajaí, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

FUCCIA, E. V. *Guerra entre facções criminosas é "tragédia anunciada", dizem especialistas*. Disponível em: <<http://www.atribuna.com.br/noticias/noticias-detalle/cidades/guerra-entre-faccoes-criminosas-e-tragedia-anunciada-dizem-especialistas/?cHash=8486cefb41114ac50acfaa243c03e9d7>> Acesso em: outubro de 2017.

HOLLOWAY, T. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Capítulo 8 *Igualdade Racial* In: *Políticas Sociais: acompanhamento e análise*. N 20, 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_cap08> Acesso em: setembro de 2017

ISTOÉ. *Mortes em rebeliões de presídios chegam a 119 no ano; PCC mata 26 no RN*. Disponível em: <<https://istoe.com.br/pcc-decapita-26-presos-rivais-em-motim-de-14h-na-maior-prisao-do-rn/>> Acesso em outubro de 2017.

MORAES, P. B.; BERLATTO, F. *Controle Social*. Dicionário Básico de Sociologia. São Paulo: Global Editora, 2011.

MORSCH, C. E. *O sistema prisional e as parcerias público-privadas*. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Direito - Universidade Federal de Santa Maria - RS. 2009.

OLIVEN, RG. *Violência e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, 94p.

PRACIANO, E. R. T. *O direito de punir na constituição de 1988 e os reflexos na execução da pena privativa de liberdade*. Dissertação (Mestrado) Universidade de Fortaleza, 2007.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. *Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SALLA, F. *As Rebeliões nas Prisões: novos significados a partir da experiência brasileira*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006.

SILVA, Jorge. *Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada*. Rio de Janeiro: Forense, 2003. p. 638.

TOURINHO, F. C. *Manual de processo penal*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

VASCONCELOS, E. *Classe Social: Divisão de leis entre ricos e pobres*. Disponível em: <<https://www.projetoedacao.com.br/temas-de-redacao/559305ca3766330003110000/classe-social-divisao-de-leis-entre-ricos-e-pobres/3663>> Acesso em: Setembro de 2017.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência dos Municípios Brasileiros*, São Paulo: Ideal Gráfica e Editoras, 2008. IBGE. Censo Demográfico. 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/>> Acesso em: agosto. 2017.

ZANIN, J. E.; OLIVEIRA, R. C. S. *Penitenciárias privatizadas: educação e ressocialização*. Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, PR. Vol. 1, n. 2, jul./dez. 2006.